

RESENHA



Descartes, entre o mundo e o homem

Claudinei Aparecido de Freitas da Silva*

DESCARTES, R. *O mundo ou O tratado da luz e O homem*. Trad. César A. Battisti e Marisa C. O. F. Donatelli. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009 (Col. Multilíngues de Filosofia, Série A, Cartesiana II).

O leitor de língua portuguesa é, mais uma vez, brindado com a recente tradução de dois textos fundamentais do pensamento moderno. Trata-se, respectivamente, de *O Mundo ou O Tratado da Luz* e *O Homem*, de René Descartes (1596-1650). Qual é a originalidade e, sobretudo, a fecundidade *sui generis* desse acalentado projeto concebido na áurea herança intelectual do século XVII? Graukroger, um atual comentador britânico da obra cartesiana, emplaça um juízo decisivo ao reconhecer que ambos os textos “constituem juntos o projeto sistemático mais ambicioso que Descartes jamais empreendeu” (Graukoger, Stephen. In: Descartes, R. *The World and Other Writings*. Cambridge University Press, 1998, p. vii). Para melhor situar o alcance dessa tese interpretativa, comecemos pelo *O Mundo ou O Tratado da Luz*, que, com edição recém-lançada pela Editora da Unicamp, conta com o cuidadoso preparo da tradução de César Augusto Battisti. A redação desse trabalho transcorre entre 1629 e 1633, vindo a lume somente postumamente, por conta, à época, da condenação imputada a Galileu. Descartes já viria, inclusive, a se manifestar, na Quinta Parte de *O Discurso do Método*, quanto à intenção de explicar as principais leis estabelecidas por Deus na natureza, num tratado específico, mas que – naquele dado momento, uma audiência pública – se tornaria, flagrantemente, comprometedora. Ora, o que está em jogo, a despeito desse escrupuloso

* Professor do Departamento de Filosofia da UNIOESTE – Campus Toledo, PR. E-mail: cafsilva@uol.com.br. Resenha recebida em 04.05.2011, aceita em 30.06.2011.

contexto editorial de *O Mundo*? Do início ao fim, a obra percorre vários temas visando expor, o mais rigorosamente possível, a composição da matéria; as leis fundamentais do movimento dos corpos e do sistema planetário e, por fim, a natureza e as propriedades da luz. É um primeiro terreno de exploração e de formulação do mecanicismo físico numa reorientação crítica da física e da metafísica aristotélico-escolástica. Ora, em textos anteriores, como o das *Regulae*, Descartes explicara os fundamentos e os processos operativos na pesquisa científico-natural tendo como modelo emblemático a ciência matemática. A criação da geometria analítica, em 1620, e a descoberta, logo mais, entre 1623 e 1628, das leis da refração e reflexão da luz, permitem a Descartes fixar, mais solidamente, as novas bases da ciência, redefinindo, desse modo, outros critérios metodológicos. A *Dióptrica*, o *Meteoros* e a *Geometria* (publicados em 1637), embora retratem uma amostra viva desse percurso, ainda não se comprometem, como o Tratado de *O Mundo* se comprometerá, com as polêmicas teses galilaicas até então. Na esteira de Galileu, Descartes se ocupa em estabelecer, da forma mais sistemática, uma fundação algébrico-geométrica do mundo de modo que o instrumental de análise não pode ser mais o mesmo empregado pela casuística aristotélica da experiência sensível essencialmente qualitativa. É levando em conta essa nova exigência teórico-metodológica requerida que *O Mundo* passa a retratar, a bem da verdade, um “novo mundo”, cujos fenômenos naturais não se enquadram, especulativamente, a partir de uma explicação epistêmica do tipo indutivo-qualitativo. Esse mundo possui outra estrutura inteligível, a saber, a de um mecanismo cujas partes materiais e princípios cinemáticos sejam plenamente cognoscíveis. O que essa nova hipótese de trabalho postula? O início do capítulo VII de *O Mundo* não deixa a menor sombra de dúvida quando ajuíza que outro conceito de natureza está, agora, em curso. Ou seja, abstendo-se de todo e qualquer recurso a forças ou a qualidades ocultas (comum na magia natural de inspiração hermético-renascentista) ou às formas substanciais do aristotelismo-escolástico, a moderna concepção de natureza em questão se traduz conceitualmente como matéria e suas respectivas qualidades atributivas, bastando, apenas, Deus para conservá-la do mesmo modo que a criou. Sem identificar-se com uma deusa ou alguma espécie de potência imaginária, a natureza é, conforme metaforizara Galileu, o grande livro aberto escrito com caracteres geométricos. Nela não há mais segredo algum,

magia ou mistério. A constituição da matéria em termos de propriedades ou atributos torna-se, absolutamente, um saber transparente ao espírito. O conhecimento das leis que governam o mundo chega a incutir no espírito humano o sentimento de uma capacidade tal que tudo se passa como se ele tivesse construído o mundo com as suas próprias mãos. Na medida em que o mecanismo da natureza é revelado ou claramente exposto, a ação humana tem livre curso para intervir, operar, controlar, dominar. Como vemos, o mecanicismo se torna, nesse novo contexto heurístico (do qual compartilharão Mersenne, Hobbes, entre outros), o princípio canônico desde onde a natureza passa a ser conceituada rigorosamente. A essência desse modelo explicativo dá vazão à concepção de que o mundo (como natureza) é um imenso artefato ou uma complexa engrenagem. Ou, como viria a caricaturar logo mais Malebranche, o mundo não passa de um relógio a que, desde sempre, o Supremo relojoeiro daria cordas a fim de assegurar o seu pleno funcionamento.

Entretanto, não é apenas uma nova concepção de natureza, *stricto sensu*, que está em curso em Descartes. Ora, não é meramente accidental que, após redigir *O Mundo*, o autor viria a suplementá-lo via outro enfoque concêntrico. É uma nova imagem de homem que também entra em cena nessa cosmovisão científica. A célebre tela, *A Lição de Anatomia do Doutor Tulp*, vindo à tona em 1632 por Rembrant, é um retrato fiel dessa perspectiva emergente. Nela, o pintor holandês retrata, com aguda perspicácia, a metáfora de um “novo homem”, a partir daquele “novo mundo”. Tudo se passa como se o velho ideal de homem figurado à imagem e semelhança divina, típico da tradição judaico-cristã, deixasse de ser o modelo exclusivo de explicação do corpo humano, nos tempos modernos. Esse novo corpo, também inspecionado por Leonardo da Vinci, sela o advento moderno de uma subjetividade como ponto arqui-médico do saber. A arte anatômica da dissecação corpórea, que tanto Rembrant ilustra em seu quadro como Leonardo em seu pioneiro ofício epistêmico, é outra amostra emblemática da autonomia de um sujeito cômico de suas realizações. A dessacralização do corpo como objeto de pesquisa transfigurará, definitivamente, a cena científica moderna, tornando evidente, isto é, de maneira clara e distinta, outra ideia de homem. O que se torna notável, sobretudo, é que essa ideia emana daquela mesma matriz paradigmática na qual Descartes erige sua concepção de mundo. A esse

propósito, *O Homem* é particularmente instrutivo: “[...] o corpo não é outra coisa senão uma estátua ou máquina de terra, que Deus forma intencionalmente para torná-la o mais possível semelhante a nós” (p. 251). O que essa definição precisa é o fato de que, à semelhança do mundo (do qual podemos conhecer suas leis e suas funções), o corpo perde qualquer significação mágica. Ele é abstraído, agora, por suas propriedades cognoscíveis sem qualquer resquício de obscuridade ou mistério. Essa é uma peculiaridade do paradigma mecânico: uma vez apreendido o funcionamento de qualquer autômato, como ocorrerá com o corpo humano, é possível, absolutamente, adentrar em toda a sua natureza objetual, inventariando, a rigor, sua fisiologia e seus processos internos. O que não deixa de surpreender, após quatro séculos que nos separam de Descartes (sem entrar no mérito, aqui, se ele acertara ou não em suas hipóteses epistêmicas) é, em grande medida, o peso teórico desse paradigma explicativo fortemente dominante na ciência e na concepção cultural contemporânea. Exemplo disso é o fato de que a cosmovisão mecanicista de natureza e de homem ainda permanece referendada na fisiologia e na biologia atuais. A manipulação técnica dos organismos vivos (enquanto artefato da engenharia genética) é mais uma demonstração incontestada dessa inspiradora herança. Esse contexto mostra, como o próprio autor havia tornado previsível na Sexta Parte do *Discurso do Método*, que o conhecimento dos princípios tão simples e gerais da natureza evidencia, nela própria, um poder tão amplo que inexistente qualquer efeito particular que desses princípios não possa ser deduzido.

É mais propriamente o vislumbre desse horizonte que Descartes projeta em seu tratado, *O Homem*, na mesma edição conjunta, primorosamente traduzida por Marisa Carneiro de Oliveira Franco Donatelli. Uma outra versão desse mesmo texto também fora publicada, em 1993, pela Edições Loyola, como suplemento ao livro de Jordino Marques, *Descartes e sua Concepção de Homem*. Essa versão pioneira amparara-se, por sua vez, nos comentários extraídos da edição alemã empreendida por Karl E. Rothschild. Ora, tanto a versão proposta aqui por Marisa C. O. F. Donatelli quanto a de César A. Battisti primam pela fidelidade à edição do volume XI das *Œuvres* de 1996 (que acrescenta no formato de apêndice, variantes não assinaladas nas edições anteriores e algumas observações ou correções), além do cuidado estilístico e da originalidade das notas

incorporadas aos respectivos textos. Digna de apreço é a criteriosa opção didática quanto à seleção das figuras que acompanham ambos os tratados, também na forma de apêndice. A quatro mãos, os tradutores trazem à memória viva uma obra cujo raio de abrangência passa a abrir novos horizontes de pesquisa, não somente aos estudiosos de filosofia interessados por Descartes, mas também a todos aqueles movidos por outros interesses disciplinares. É essa comunhão de intenções que torna Descartes uma figura ímpar, para não dizer legendária, na história da cultura e do pensamento.